

A INFLUÊNCIA DA PRESENÇA DAS EQUIPES DE TELEVISÃO EM SEQUESTROS

Isabella Marques Carrilho Pereira (IC) e Francisco Redondo Periago (Orientador)

Apoio: PIBIC Mackenzie

RESUMO

O jornalismo é baseado em valores como imparcialidade e neutralidade, mas sabe-se que esses atributos não existem com perfeição na prática, por questões enraizadas em sua própria existência. A mídia se torna então um agente de interferência direto independente do assunto sobre o qual trata, pois torna-se parte do desenrolar dos fatos. Este estudo pretende então analisar o modo como essa interferência se dá, por meio de um recorte específico. Em uma situação de sequestro ou cárcere privado, onde o sequestrador está em negociação com a polícia para libertação do refém, a pessoa ali mantida contra a sua vontade torna-se suscetível à tomada de decisões e ações de ambos os lados, ações as quais são influenciadas pela cobertura imprensa. A televisão por sua vez, é o meio mais popular entre os brasileiros e o de maior possibilidade de exploração de imagens e texto. Unindo as duas condições, temos um cenário onde essa influência é claramente perceptível. Assim, análises de casos como o sequestro de Eloá Cristina e o Ônibus 174, servem como forma de exemplificar as questões discutidas. O jornalismo, em especial o policial, exerce um papel essencial na sociedade, por informar, ser formador de opinião e carregar um enorme potencial denunciador social. Deste modo, torna-se fundamental a existência de reflexões quanto à sua prática, para que possa sê-la da maneira mais consciente, comprometida e responsável possível.

Palavras-chave: Jornalismo Policial. Telejornalismo. Ônibus 174.

ABSTRACT

Impartiality and neutrality are the basis of Journalism. However, it is known that in practical terms these attributes are not perfect, especially reasoned by it's own existence. Therefore, the media becomes a direct interference agent regardless the subject matter it deals with, as it becomes part of the unfolding of the facts. This study aims to analyze how this interference occurs, utilizing a specific cut. When the kidnapper and the police are negotiating, the hostage becomes totally vulnerable to both sides attitudes, which can be influenced by press coverage. It is a fact that the Television is the most popular mean of communication among Brazilians and one of the best to explore images and text. Analyzing this context is it definitely possible to understand the influence. Thus, case analyzes such as the kidnapping of Eloá Cristina and Bus 174, is useful to exemplify the issues discussed. Journalism, especially related to police matters, plays an essential role in society in terms of forming and substantiating people's opinion. Besides, it carries a huge potential of social whistleblowing. In this way, it becomes

fundamental to have reflections on its practice, so that it can be done in the most conscious, committed and responsible way possible.

Keywords: Crime Journalism. Telejournalism. Bus 174.

1. INTRODUÇÃO

A excessiva cobertura jornalística em sequestros pode ter influência negativa em seu desenrolar, levando a graves consequências, por exemplo: ações precipitadas da polícia, o abalo emocional do criminoso com a presença das câmeras e repórteres e desfechos catastróficos, em que alguma das partes acaba morta ou ferida.

A pesquisa surgiu a partir do documentário “Ônibus 174”, dirigido e produzido pelo cineasta José Padilha. O longa traz uma série de depoimentos com pessoas ligadas ao ocorrido, e em um deles, é afirmado: “o grau de violência dele [o sequestrador] está associado diretamente à presença das câmeras”; e uma das reféns declara: “eu acho que a televisão permitiu que ele se sentisse poderoso, na medida em que ele sabia que estava sendo filmado e queria ser filmado”.

Tal padrão pôde ser notado em outros casos e assim nasceu o questionamento “se não houvesse cobertura midiática, o resultado desses sequestros teria sido diferente?”. Mas responder a uma pergunta como essa é inviável, por ser hipotética demais. A pergunta a ser respondida é então: “até que ponto as ações executadas pelos envolvidos nos sequestros teriam sido influenciados pela imprensa?”.

Assim, o presente estudo deteve-se na análise de como se dá a influência da mídia televisiva nesses cenários de crime e suas consequências, ocorridos no Brasil, principalmente por meio de pesquisa bibliográfica com títulos tratam sobre ética jornalística, estudos da mídia sensacionalista, a relação entre polícia e mídia, a cobertura de casos criminais, a fim de tornar possível a análise de determinados casos, partindo de casos particulares para chegar a uma conclusão geral.

Delimitações como o sequestro e a presença das equipes de televisão especificamente são necessárias para a viabilidade da pesquisa.

O sequestro é o cenário analisado pois, nele, a influência mídia é mais palpável. Há dois extremos, polícia e criminoso, e uma ou mais vítimas, pessoas vulneráveis a qualquer ação errônea que pode vir a acontecer; todos as personagens estão submetidas ao foco das câmeras e, portanto, alvo de opiniões; além disso, o sequestro é uma transgressão que pode levar desde horas até meses, assim, passível de cobertura jornalística extensa e aprofundada.

Já televisão é o meio específico tratado pois é o de maior popularidade no Brasil e, conforme Rivers e Schramm (1970, p. 209) “a televisão, meramente por ação de presença, ajuda a criar incidentes e tornar-se ela própria parte dos acontecimentos”. Fatores como o imediatismo e o realismo transmitido, envolvendo semiótica e exploração da imagem, fazem com que esse meio possua efeitos diferentes de qualquer outro.

Mas, apesar da amostra escolhida, a real intenção da pesquisa é uma reflexão da conduta jornalística como um todo.

Sugerir, porém, que a cobertura de tal tipo de caso não exista é inviável, pois fere a liberdade de imprensa. Este estudo pretende apenas investigar a maneira pela qual a cobertura dos cenários citados pode influenciar o desfecho desses crimes.

O jornalismo e a mídia como um todo são de formadores de opinião, e é preciso que seja exercido com compromisso e cautela. O estudo, assim, buscar entender e analisar a forma como essa responsabilidade é exercida. Por isso, apesar das delimitações necessárias, as conclusões estendem-se ao exercício do jornalismo como um todo, independente de meio, veículo ou situação.

2. DESENVOLVIMENTO DO ARGUMENTO

2.1 O efeito da televisão

A TV exerce grande poder de influência sobre a sociedade, pois se tornou um dos principais meios de comunicação na atualidade, mesmo após a ascensão da internet. Ela possui aspectos que, numa primeira visão, legitimam esse mérito, mas quando questionados, é possível entender melhor o porquê Pierre Bordieu (2001, p. 20) chama-a de “formidável instrumento da manutenção da ordem simbólica”.

A televisão trouxe consigo diversas inovações. Antes, com o jornal impresso, havia palavras no papel, e duas ou três fotos para ilustrar a matéria. No rádio, apenas recursos sonoros podem ser explorados. Mas na televisão, há muitas possibilidades mais: a combinação entre o texto escrito, locução, recursos sonoros e imagens. Tais recursos fazem parecer que a televisão é o mais completo dos meios, o mais real e “puro”, ou seja, a impressão de que é o reflexo mais fiel da sociedade.

Porém, continua sendo uma comunicação de muitos, ou seja, produzida em uma única fonte, mas com público abrangente (tal qual os seus “antecessores”, impresso e rádio), o que significa que quando uma pauta é escolhida para o noticiário, outras dez são deixadas de lado por óbvia impossibilidade de um conteúdo completo, absoluto e diverso (e isso também por motivos de preferência da audiência, como será discutido mais à frente).

Assim, há margem para todo tipo de despotismo, como a transformação de um fato ordinário em notícia, adicionando-lhe carga dramática e interpretações deturpadas. Segundo Ciro Marcondes Filho (2000, p. 115): “Um fato insignificante pode ampliar-se de forma imprevisível, gerando ocorrências desastrosas”.

Uma notícia pré-existe à cultura de massa: trata-se de um fato imanente que pode ou não ser aproveitado pela imprensa. Atuam então as forças dinâmicas de configuração do fato como um fato noticiável (MEDINA, 1982, p. 118)

Não sempre é escolhido o que é importante que a população saiba, mas sim o que os detentores dos meios de produção acham importante que a população saiba e, como será tratado mais à frente, para essas decisões também são determinantes dos níveis de audiência, ou seja, quanto mais um programa agrada à uma quantidade maior de pessoas, melhor.

Outro ponto a ser tratado se dá pela possibilidade da exploração da imagem, com a qual a televisão ganha o mérito de “espelho da realidade”, afinal, tudo o que é mostrado ali poderia, teoricamente, ser comprovado pelos próprios olhos do telespectador; assim, tudo o que é ali mostrado é tido como verdade absoluta, muitas vezes inquestionável. É esquecido, porém, que ao filmar algo, possui-se um ângulo, uma perspectiva, a escolha de um cinegrafista e de um editor. Por que escolher esse e não aquele ângulo? Por que mostrar o depoimento dessa testemunha ocular, e não daquela?

Uma transmissão jamais é o próprio ato, ela já é, sempre, uma captação de um acontecimento e sua reprodução em outra parte (nos estúdios, nos lares). Ela interfere ao escolher esse ato e não outro. Praticamente, nunca a transmissão se dá com a câmera fixa. Há sempre um ou mais cinegrafistas que tomam as cenas: eles escolhem os ângulos, as pessoas, os atos. Se trata de uma interferência, uma mistura entre o que acontece e o que o jornalista acha interessante. (MARCONDES FILHO, 2000, p. 82)

A televisão “impõe” uma realidade pronta, é apenas um mero recorte de um todo muito maior. O que não quer dizer que os fatos não sejam verdadeiramente fatos, mas sim que esses recebem uma “máscara” para que se torne televisivo, ou seja, interessante e popular para a audiência. É justamente aí que está o porém: a TV constrói uma visão de mundo que é tida como verdadeira e única por uma população que tomará decisões e reproduzirá opiniões de acordo com o que assiste.

[...] na televisão eles [os detalhes que mais interessam] são escolhidos para as pessoas, e isso acarreta grandes perdas: o direito de escolha e da livre concentração, além de serem impostas as cenas que interessam principalmente ao realizador do programa e ao patrocinador. [...] na televisão a imagem não é mais um meio, não é mais uma ponte — ela apresenta a realidade já pronta. Ela própria é a realidade. (MARCONDES FILHO, 1988, p. 13)

Os efeitos curtos e rápidos da televisão também reforçam essa ideia. Conforme Marcondes Filho (1988, p. 21): “Pelo seu caráter imediatista, a TV não tem possibilidade de discorrer longamente sobre as matérias, nem de diversificar muito seus temas, ou de tomar mais tempo do receptor”. Nenhuma das diversas de “realidades” ali colocadas é discutida de

fato, somente mostradas, e a esperada passividade do telespectador não questiona: “Hoje em dia as pessoas não questionam se o que o jornal está mostrando é verdadeiro ou não” (MARCONDES FILHO, 2000, p. 78).

A quantidade de informação também é ameaça à qualidade da mesma: “O bombardeio informativo narcotiza o receptor, para torná-lo indiferente à própria notícia” (MARCONDES, 2000, p. 114). Na televisão vive-se muitas emoções em pouco tempo, mas estas logo são suprimidas pelos comerciais que vem em seguida.

[...] os filmes continuamente interrompidos, provocam uma retração da emoção a cada parada, um “alívio” através da mensagem publicitária. Isso pode ajudar na venda de mercadorias, mas vicia o telespectador na prática de economizar emoções, de vive-las muito rapidamente e, logo a seguir, suprimi-las. (MARCONDES FILHO, 1988, p. 19)

Isso contribui para a neutralização dos fatos mostrados, pois não importa o seu desfecho, quando o aparelho é desligado, aquela realidade não existe mais; e se eu não desligar, logo o intervalo da programação atenua-o. A televisão torna-se uma janela para o mundo real, que nem ao mesmo retrata-o plenamente e, ainda assim, pode ser fechada com facilidade.

Essa é a função conservadora mais efetiva de jornalistas: eles reconstruem diariamente o mundo impondo-lhe sua verdade cristalizada sobre as pessoas, sobre os fatos, sobre as ocorrências novas, exercendo a atividade tranquilizadora e gratificante (para a maioria das pessoas) de “manter o mundo exatamente como ele é”. (MARCONDES FILHO, 2000, p. 110)

2.2 A audiência

A audiência carrega consigo o caráter comercial da televisão. A programação precisa de gente que a assista e, para que mais pessoas assistam, precisa tornar-se popular. Por isso, a produção se valerá de táticas.

Atualmente, as emissoras têm um interesse real em saber se o telespectador permanece ou não em determinado canal, se mantém ou não o aparelho ligado. [...] hoje, a queda do nível de audiência é um meio que leva a TV a alterar sua programação, visando somente ao aumento do número de telespectadores, [...] rebaixando a qualidade dos programas aos níveis “da massa”, vulgarizando-os, padronizando-os, impondo o que se chama de valor mercadológico. (MARCONDES FILHO, 1988, p. 20)

Essa vulgarização dos programas está diretamente relacionada à busca pelo excepcional, tudo aquilo que fuja do cotidiano e seja inusitado, ou ainda, à “transformação” do ordinário em extraordinário. Recursos técnicos e ideológicos, que serão discutidos mais à frente, são utilizados com o principal objetivo de suscitar sentimentos no telespectador, sejam

eles de empatia e pena (tragédias, assassinatos), ou raiva e indignação (em geral em relação a infratores, ou escândalos de corrupção, por exemplo).

As emoções provocadas têm a ver com o envolvimento sentimental do público, ou seja, mais que um simples interesse pelo que é noticiado:

É preciso tornar o acontecido (a verdade) em algo sedutor, pois uma verdade morna não atrai ninguém. Aqui acontece um tipo de "mimetismo": se a TV consegue fazer com que eu me fixe a ela, se ela me prender e eu sentir ligação, emoção, envolvimento, eu me sentirei, então, "como se eu estivesse lá". O telespectador busca na TV sentir as mesmas emoções que ele gostaria de poder viver no real, presenciando a coisa. (MARCONDES FILHO, 2000, p. 86)

Por outro lado, conforme o livro *Vida pelo Vídeo* (1988, p. 19), o mesmo autor traz uma objeção: apesar do envolvimento emocional, o conteúdo televisivo continuamente interrompido pelos comerciais "vicia o telespectador na prática de economizar emoções, de vivê-las muito rapidamente e, logo a seguir, suprimi-las". Ou seja, mesmo que os temas das reportagens sejam chocantes ou comoventes, cada pausa funciona como um alívio. O sentimento é como se o público vivesse a realidade da situação, mas ao mesmo tempo distante, pois o fim da situação está a um comercial de distância.

2.3 Os recursos técnicos

Quanto aos recursos técnicos, influenciada pela indústria cinematográfica, a televisão utiliza-se de recursos parecidos, como enquadramentos e trilha sonora comovente.

Pode-se provocar artificialmente emoção de várias maneiras pela TV sem que o fato representado tenha sido assim, necessariamente, "chocante". A produção de emoções e envolvimento é uma questão puramente técnica: pelo tempo dispensado às imagens, pela lentidão das cenas, pelo tom sério do narrador em off, pela música, eu posso fazer toda uma nação se derramar em lágrimas mesmo que o fato não seja para tanto. (MARCONDES FILHO, 2000, P. 86)

Recursos linguísticos tampouco podem ser ignorados como agravantes da realidade criada pela televisão, seja pelo generalismo, fazendo afirmações totalizantes (MARCONDES FILHO, 2000, p. 114), o uso descuidado das palavras, sem que os que as evocam e os que as escutam compreendam seu sentido, ou ainda um uso proposital de determinados termos, como ocorre, por exemplo, com "menor infrator" e "adolescente", dependendo sobre quem se trata, segundo diversas análises.

A exploração da imagem, porém, é talvez um dos pontos-chaves para a compreensão da televisão. Conforme explicado também por *Ciro Marcondes Filho* (1988, p. 13): ao contrário da fotografia, com a qual se estabelece uma relação intensiva, ou seja, de percepção e apreensão dos detalhes, não é possível se ater a nada mais que do se pode ser percebido

em poucos segundos, devido ao rápido ritmo com o qual as imagens são expostas na tela. Os detalhes só terão destaque quando esta for a intenção, como por exemplo, o enfoque na mãe que chora pela morte do filho, que de maneira nenhuma deve ser cortada pela edição (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 40), pois se aplica à necessidade de comover o público.

Dentro desse mesmo assunto, o “ao vivo” traz consigo a aparência de uma transmissão pura, na qual o já tratado “recorte da realidade” não se aplica tal qual na reportagem editada previamente. O “ao vivo” intensifica o sentimento de participação do espectador, o fator surpresa, que em qualquer segundo é possível que seja noticiado em primeira mão algo que jornais impressos, por exemplo, só noticiarão na manhã seguinte.

A soma desses fatores resulta em uma grade televisiva preenchida pelo espetáculo, que “ficcionaliza” o real (MARCONDES FILHO, 2000, p. 83). O espetáculo torna-se uma linguagem, a essência da TV. “A lógica do espetáculo não permite que nenhum tema, nenhum conteúdo, nenhum discurso nos atinja porque nasce de uma estrutura espetacular que tudo neutraliza” (MARCONDES FILHO, 1988, p. 41).

Contudo, as características aqui discutidas não se aplicam a um tipo de jornal necessariamente. Apesar de existir o que é chamado de “jornal sensacionalista” e o caráter de espetáculo ser mais notório nele, todo jornal possui traços, ainda que mais sutis.

Qualquer dedução que dê a entender que o jornal sensacionalista é violento, enquanto os demais informativos são não-violentos, é incorreta. Nos jornais não-sensacionalistas, há sempre uma carga intensa de violência que não se revela, que não se escancara com a mesma intensidade encontrada nos jornais a sensação. Essa violência pode ser detectada na crítica ferina, no editorial agressivo, no artigo emocional, na foto marcante, na reportagem denunciadora. Mas é uma violência “disfarçada”, “ilegível” na forma editorial, enquanto que no jornal sensacionalista a violência faz parte da linguagem e da forma de edição. (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 59)

2.4 A violência

O instinto da violência está presente no ser-humano, herança de nossos antepassados, que dela precisaram para sobreviver. Em linhas gerais, a cultura e a vida em sociedade reprimem os nossos extintos naturais, e a mídia (entre outras formas de consumir violência, como vídeo games, filmes, etc.) torna-se uma maneira de canaliza-los, suprimindo a “necessidade” de assisti-la e, ao mesmo tempo, mostrar ao telespectador que ultrapassar a barreira entre o socialmente aceito ou não, é digno de punição.

[...] a violência da tv é idêntica à violência com que a sociedade trata todos aqueles que ousam romper com esse princípio de realidade e desafia-la. Por isso, ela é valorizada. Porque reconforta e tranquiliza o telespectador, passando-lhe a noção de que “não é só ele que sofre”, mas todos, e todos têm de abrir mão de seus desejos”, uma vez que

toda a cultura não passa de um amontoado de privações.
(MARCONDES FILHO, 1988, p. 87/88)

Por isso o desfecho de crimes, a condenação ou morte do transgressor é tão amplamente noticiada: há um gosto em confirmar que “o mal não pode vencer”.

Um acontecimento digno da televisão, com violência, polícia e escândalos, por outro lado, não aparece todos os dias. Os jornais, em especial os com os traços sensacionalistas mais fortes, tendem então apanhar um acontecimento parcial e cotidiano, ampliá-lo, e assim colaborar para a reprodução da violência (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 57).

Não é raro que jornalista por sua vez saia de seu posicionamento imparcial e assuma uma posição punitiva.

Quando o repórter do jornal de TV sensacionalista estiver entrevistando, por exemplo, um estupro de menores, não pode igualmente optar pela objetividade e distanciamento. O ideal é assumir o papel de “superego” e ser bastante agressivo com o transgressor, usando o microfone, as imagens e as perguntas como um chicote punitivo (ANGRIMANI SOBRINHO, 1995, p. 40)

Por outro lado, a mídia alimenta o desejo por violência quando evidencia casos em que as instituições que deveriam aplaca-la (a polícia e as leis, por exemplo) estão enfraquecidas. “Reproduzindo a sociedade, através da valorização do sofrimento e da confirmação de certas práticas mais radicais, a TV legitima uma ação punitiva extralegal” (MARCONDES FILHO, 1988, p. 87). Mais do que o noticiado – o como é noticiado -, incita práticas violentas dentro da sociedade civil, que se sente desamparada pelas instituições.

Enquanto isso, a relação entre polícia e mídia ainda não é estabilizada. Um acredita que o outro obstrui o exercício da profissão.

Por inúmeras razões, elas [as polícias] costumam adotar posições defensivas e corporativas quando se trata de responder a questionamentos críticos. Na maioria dos estados brasileiros, as forças de segurança ainda não adotam políticas claras e padronizadas de informação (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 39)

No texto “Uma relação de amor e ódio”, de Augusto Severo, o então presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública escreve que ao longo dos anos, a polícia se acostumou a lidar com a imprensa obstruindo sua ação e impedindo de ver e relatar o que acontecia, apresentando uma realidade maquiada ou apenas ignorando e evitando o diálogo. Porém ele ainda escreve, se referindo aos dias atuais:

Hoje, para ser eficaz, a polícia tem de atuar de forma legal, dentro das normas do estado de direito, e ainda conquistar legitimidade. Legitimidade é dada pela opinião pública, e quem nos ajuda a formar a opinião pública é a imprensa. Por isso, é importante que sejamos capazes de estabelecer relações de compreensão entre repórteres e

editores e policiais. A imprensa precisa compreender que não vamos, de uma hora pra outra [...] mudar o histórico da nossa organização, que por muito tempo foi parte do aparelho repressor do Estado. (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 47)

2.5 O sequestro

A decisão de noticiar sequestros ou não é complexa para os jornais, pois envolve diretamente a vida de pessoas em situação de risco. Em diversos casos, inclusive, os sequestradores exigem que a família deixe a polícia e a imprensa de fora, caso contrário, atos violentos e irremediáveis podem marcar o desenvolvimento e fim do cárcere.

“Vários jornais criaram padrões, que se alinham e duas posições principais. Para parte da mídia, a divulgação pode atrapalhar as negociações com os sequestradores e comprometer a integridade física das vítimas. Defensores desta posição [...] preferem noticiar o caso apenas depois de concluído. [...] Outros veículos acreditam que a omissão favorece a ação criminosa” (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 119/120)

Luis Erlanger, enquanto diretor da Central Globo de Comunicação, já declarou que nas emissoras adota-se a norma de divulgar os sequestros por ser um crime público, e portanto a sociedade tem direito de saber; depois, por uma questão de resolução do caso: somente com a denúncia dos sequestros as autoridades tomam providências; e por último, não ser justo dividir a sociedade entre os que têm acesso às redações e conseguem o sigilo e os que não têm e aí os jornais divulgam. Explica também que a maior parte dos casos é resolvida pelo Disque-Denúncia, estimulado pelas reportagens de televisão (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 120).

Mas alguns casos evidenciam as consequências desastrosas que a interferência da mídia pode gerar: um deles é o sequestro do irmão de Zezé de Camargo e Luciano e o outro é o sequestro de Eloá Cristina.

Conforme descrito por Silvia Ramos e Anabela Paiva (2007, p. 123) em 16 de dezembro de 1998, Wellington José Camargo foi sequestrado em sua casa, em Goiânia. Os sequestradores pediram R\$5 milhões de resgate, mas alguns dias após o sequestro, a imprensa começou a divulgar a suspeita de que o próprio Wellington tivesse planejado o sequestro na tentativa de conseguir o dinheiro. Após aproximadamente um mês, o apresentador Ratinho propôs a criação de uma linha 0900 para o levantamento do dinheiro.

No dia seguinte os sequestradores enviaram à retransmissora do SBT em Goiânia uma caixa com um pedaço da orelha de Wellington e um bilhete exigindo agilidade nas negociações. Após isso, o apresentador pediu desculpas e se afastou do caso. Quatro dias depois, um pacote com reportagens sobre o caso foi deixado com mais um bilhete na frente do prédio do Grupo Antissequestro do Estado, mais um sinal de que a exibição pública do caso não agradava em nada aos infratores.

Em 20 de março de 1999 o valor de 300 mil foi pago como resgate e, 94 dias depois do sequestro, Wellington foi solto.

Em Santo André, pouco menos de 10 anos depois, em 13 de outubro de 2008, Lindemberg Alves, aos 22 anos, invadiu a casa da ex-namorada, Eloá Cristina, de 15 anos, e assim começou o que veio a ser o maior cárcere privado já registrado em São Paulo.

A partir de 14 de outubro as emissoras de televisão e repórteres dos mais diversos veículos começaram a acompanhar e divulgar as informações a respeito do caso, muitas vezes ao vivo e várias vezes durante o dia. Além de Eloá, sua amiga Nayara também estava sendo mantida refém.

No dia 15, a polícia pediu que a imprensa se afastasse, por questões de segurança. Era difícil obter informações pelos policiais e as famílias dos envolvidos foram orientados a não dar entrevistas. Mas as emissoras procuraram maneiras de continuar presentes para realizar a cobertura, como por exemplo, se instalando em prédios vizinhos para continuar registrando a movimentação.

Outra ação realizada pelos jornalistas foi o contato direto com o sequestrador. A repórter Zelda Mello da TV Globo foi uma das que tiveram êxito; sua conversa com o sequestrador foi ao ar no Jornal Nacional. O repórter Luis Guerra, da Rede TV! também conseguiu o contato; nesta conversa Lindemberg pergunta se estão ao vivo, e o repórter responde: “Estamos gravando. Se você quiser, a gente grava, e coloca no ar o que você quiser”, a conversa desenrola com perguntas sobre o bem estar de Eloá, os motivos do sequestro, o sentimento do Lindemberg e uma conversa com a refém. Guerra pede calma, tranquilidade e confiança em seu sequestrador (um rapaz “de bem”, segundo o repórter), em Deus e recados para os familiares.

Ainda na mesma entrevista, comentando a ação policial, Lindemberg lembra o caso Ônibus174: “Você é repórter, você viu o que aconteceu lá no Rio de Janeiro naquele caso do sequestro do ônibus, né? [...] O policial foi querer fazer as coisas precipitadas, foi atirar no cara [sequestrador], o cara atirou na mulher e matou a mulher [SIC], e aí? É isso o que o policial quer?”. Logo após, Lindemberg exige que a entrevista seja colocada na íntegra no ar.

Mais tarde, no mesmo dia, Sônia Abraão entra mais uma vez em contato com o criminoso, dessa vez ao vivo, e os assuntos voltam aos mesmos da entrevista anterior; diversas vezes Lindemberg afirma a possibilidade de atirar na ex-namorada. Começa então uma espécie de negociação para o fim do sequestro, envolvendo apelo da irmã, saúde da mãe, detalhes da soltura e confiança na Polícia. Sua postura foi amplamente criticada em diversas esferas.

No dia 16 de outubro, a amiga de Eloá, Nayara Rodrigues, que já havia sido libertada, foi enviada pela Polícia de volta ao apartamento do cárcere para ajudar nas negociações, mas foi feita novamente refém. Esse foi um dos momentos mais criticados, justamente pela possível ação policial precipitada.

No final da tarde de 17 de outubro, o caso chega ao fim com a invasão policial supostamente após um tiro. Neste sentido, a imprensa ajudou a desmontar a tese da polícia, mais uma vez testemunhando uma ação policial impulsiva, que invadiu antes de qualquer disparo, e motivou o disparo do sequestrador contra Eloá, que morreu algumas horas depois, e Nayara, que mesmo atingida no rosto, sobreviveu.

2.6 Estudo de caso: Ônibus 174

No dia 12 de julho de 2000, Sandro do Nascimento fez 11 reféns dentro de um ônibus no bairro do Jardim Botânico, no Rio de Janeiro. Durante aproximadamente cinco horas, ele foi acompanhado de perto pelo BOPE (Batalhão de Operações Policiais Especiais) e pelos jornalistas.

O incidente conhecido nacionalmente como Ônibus 174 foi transmitido pela mídia desde o seu início até o trágico fim. O veículo foi cercado e, devido às janelas, toda a movimentação lá dentro pôde ser acompanhada quase que integralmente pelos que ali estavam e por quem assistia em casa. É assertivo dizer que provavelmente o caso só tomou a dimensão que teve por razão da presença dos repórteres, câmeras fotográficas e câmeras televisivas.

Uma espécie de “mimetismo”, como chama Marcondes Filho em seu livro *Comunicação e Jornalismo: A Saga dos Cães Perdidos* (2000, p. 78) ocorre. O mimetismo consiste na cópia de notícias por outros veículos após um deles dar o furo, ou seja, uma “necessidade” que quase todos os veículos tinham de mandar suas equipes e cobrir/fazer parte da situação. Bordieu segue a mesma linha de raciocínio:

Para ser o primeiro a ver e a fazer ver alguma coisa, está-se disposto a quase tudo, e como se copia mutuamente visando a deixar os outros para trás, a fazer antes dos outros, ou a fazer diferente dos outros, acaba-se por fazerem todos a mesma coisa, e a busca da exclusividade, que, em outros campos, produz a originalidade, a singularidade, resulta aqui na uniformização e na banalização. (BORDIEU, 2001, p. 26)

Segundo *Ciro Marcondes Filho*, a quantidade de veículos lá presentes e a intensidade com a qual tratam sobre o assunto também legitima o ocorrido: “E quanto mais os media falam da mesma notícia, tanto mais verdadeira ela parece” (2000, p. 114). No caso do sequestro do ônibus, havia dezenas de jornalistas no local.

A proximidade dos jornalistas era grande pois não houve um cerco policial, uma delimitação feita para o acesso à proximidade do ônibus. Como consequência, em diversos momentos Sandro fica claramente abalado com a presença de tantas pessoas ligadas à imprensa. Ele pede algumas vezes, nas primeiras horas do sequestro, que os jornalistas saiam de lá. Logo depois, acontece o primeiro disparo, contra o vidro da frente.

Mas sua postura muda após algum tempo de negociação. O sequestrador parece entender de alguma maneira o que aquelas câmeras significam, pois passa a produzir cenas, ao que parece, para que sejam vistas, causem impacto e, assim, pressione as autoridades que negociavam. A primeira delas é pedir para que uma das reféns escrevesse no vidro do ônibus frases como “ele tem pacto com o diabo”, “ele é louco” e “ele vai me matar”.

Mais tarde, Sandro cobre uma das reféns com um lençol, fala que contará até cem e então a mataria. Após andar várias vezes para frente e para trás do veículo, ele a abaixa e não aceita negociar com o policial. Afirma que o “show” vai começar, e em seguida atira, aparentemente, na direção onde ela havia sido deitada. Fora do ônibus, a situação era de choque, e aparentemente dentro também: as outras reféns gritavam afirmando que a mulher havia sido atingida e estava morta.

Segundo relatos posteriores, os reféns afirmaram que tudo ocorreu conforme o sequestrador desejou que aparecesse para as câmeras. Ele avisou as mulheres ali mantidas que atiraria na direção da que estava sob o lençol, mas não para matar e pediu para que elas gritassem como se ele de fato tivesse a matado.

Também em relatos após o fim do sequestro, reféns, policiais e pessoas envolvidas de alguma maneira no caso fizeram as seguintes afirmações no documentário *Ônibus 174* (2002):

- “O grau de violência dele [Sandro] está associado diretamente à violência das câmeras. Ele estava ali preocupado em aparecer e apresentar a peça dele”;
- “Eu acho que a televisão permitiu que ele se sentisse poderoso, na medida em que ele sabia que estava sendo filmado e queria ser filmado”;
- “A mídia é algo que traz confiança ao sequestrador; é a certeza que ‘eu não vou ser executado, morto’”;
- “Existia naturalmente um diálogo paralelo: o que estava acontecendo para as câmeras e pessoas no lado de fora e o que estava acontecendo lá dentro. Só que quem tinha o controle disso era ele”.

Por meio de análise da sequência dos fatos durante o sequestro e de acordo com o que foi dito por aqueles que dele participaram, é clara a influência da presença das câmeras

de TV e a mídia como um todo nas ações e tomada de decisões de Sandro. É possível concluir também a contribuição que os mesmos tiveram para a instabilidade e imprevisibilidade do sequestrador e possível precipitação das ações da polícia.

Um dos motivos pelo qual essa influência se deu, especialmente se tratando do caso Ônibus 174, se dá pela história do sequestrador. Sandro viu, ainda criança, sua mãe sendo morta a facadas. Depois do episódio foi morar na rua, onde teve contato com o roubo e o uso de drogas. Foi preso algumas vezes e fugiu em todas elas, inclusive do Instituto Padre Severino, substituído em 2012 e marcado pelo histórico de rebeliões, maus tratos e mortes dos menores internados.

Além desses fatos, provavelmente o mais determinante sobre a história de Sandro é a vivência do, como é conhecido, “Massacre da Candelária”.

Em 23 de Julho de 1993, um grupo de policiais e civis, integrantes de grupos de extermínio, abriu fogo contra mais de 50 crianças e adolescentes que dormiam sob as marquises nas imediações da Igreja da Candelária, no Centro do Rio. Oito morreram e dois ficaram gravemente feridos. O acompanhamento do caso pela mídia, inclusive internacional, impulsionou a investigação até a condenação de alguns policiais (embora o processo tenha denúncias de irregularidade) e tornou o caso um marco na história da cidade. (RAMOS E PAIVA, 2007, p. 23)

Sandro, segundo Eduardo Soares, Sociólogo e ex Secretário de Segurança do Rio de Janeiro, também em relato presente no documentário de Padilha (ÔNIBUS 174, 2002) esclarece o que move Sandro a realizar o sequestro e agir da maneira como agiu devido às câmeras:

A grande luta desses meninos [de rua, tal qual foi Sandro] é contra a invisibilidade; nós não somos ninguém e nada se alguém não nos olha, não reconhece o nosso valor, não preza a nossa existência, e não diz a nós que nós temos algum valor, nos devolve a nossa imagem ungida de algum brilho, vitalidade e reconhecimento. E esses meninos estão famintos de existência social, famintos de reconhecimento. [...] Há duas maneiras de se produzir a invisibilidade: esse menino é invisível porque nós não o vemos, nós negligenciamos a sua presença, não o desdenhamos; ou porque projetamos sobre ele um estigma, uma caricatura, um preconceito, nós só vemos o que nós projetamos.

A televisão tomou tal dimensão na atualidade que estar nela tornou-se sinônimo de existir, ou ainda, para ter sua “existência comprovada” é preciso estar na tv: “[um tema] só se torna determinante, central, quando retomado, orquestrado, pela televisão” (BORDIEU, 2001, p. 71). Isso vale tanto para pessoas quando para fatos. Ela tornou-se o que autor chama de “espelho de narciso” (2001, p. 20).

Todos os fatos jornalísticos, assim, precisam passar pela TV para serem validados como "existentes". A condição de possibilidade da existência das coisas é entrarem no mundo da representação. E o que significa isso? Quer dizer que os fatos — todos eles — carecem de um tratamento mediático para efetivamente existirem. (MARCONDES FILHO, 2000, p. 78)

Para Sandro, estar ali, no controle da situação recebendo toda a atenção da polícia e em especial da imprensa, significava “a passagem do ‘mundo dos invisíveis’, das pessoas comuns, normais, insignificantes, ao ‘mundo dos visíveis, daqueles que realmente existem” (MARCONDES FILHO, 2002, p. 91).

Outros dois fenômenos também podem ser observados. Um deles é a fragmentação: “a fragmentação é um mecanismo de produção de notícia segundo o qual o fato é retirado do meio ou do contexto em que se originou e tratado como notícia isolada” (MARCONDES FILHO, 1988, p. 54). O outro é a personificação:

Personalização ou personificação é outro mecanismo jornalístico, pelo qual atribui-se a uma pessoa (um político, um líder sindical, um marginal) a responsabilidade de um fato, quando, na verdade, ele é produto de um conjunto maior, de uma instituição ou mesmo de toda a sociedade. (MARCONDES FILHO, 1988, p. 54/55)

Na ocasião, o sequestro do ônibus foi retirado de seu contexto, o passado do sequestrador não foi considerado como determinante para o desenrolar e desfecho do crime, a ação precipitada da polícia e a presença das câmeras tampouco.

Uma das evidências para tal fato é o momento em que Sandro sai do ônibus, com a arma apontada na cabeça de Geisa Gonçalves, e o policial erra o disparo contra o sequestrador, atingindo de raspão o rosto da vítima. Esse erro denuncia as intenções do policial, Sandro percebe que será alvejado e então atira na refém, matando-a.

Assim que os disparos são feitos, todas as pessoas que lá observavam se aproximam do veículo, exigindo a morte do sequestrador. Jornalistas também se aproximam, na tentativa de conseguir informações e até filmar a sequência dos fatos. A polícia tem dificuldade em levar Geisa à ambulância e, na tentativa de proteger Sandro, o levam para uma viatura. Sandro entra no veículo e lá é morto por sufocamento durante o trajeto até a delegacia.

Acontece uma tentativa de linchamento literal no momento em que os disparos contra o sequestrador e refém são feitos e, nas notícias e discussões posteriores, acontece um linchamento simbólico.

E a mesma busca do sensacional, portanto do sucesso comercial, pode também levar a selecionar variedades que, abandonadas às construções selvagens da demagogia (espontânea ou calculada), podem despertar um imenso interesse ao adular as pulsões e as paixões mais elementares (com casos como os raptos de crianças e os escândalos capazes de suscitar a indignação popular), ou mesmo formas de mobilização puramente sentimentais e caritativas ou, igualmente passionais, porém agressivas e próximas do linchamento simbólico, com os assassinatos de crianças ou os incidentes associados a grupos estigmatizados. (BORDIEU, 2001, p. 74)

Após o desfecho do caso, Sandro caiu na opinião pública como o “bandido que fez reféns dentro do ônibus e matou uma pessoa”, o único culpado pelo que aconteceu, da maneira como aconteceu. Ou seja, aconteceu uma perpetuação da fragmentação e da personificação do caso, principalmente por conta da maneira como a mídia o tratou, seja no seu decorrer, com uma cobertura exaustiva durante as 5 horas de negociações, até às análises posteriores.

A mídia, porém, foi determinante para a vigilância da ação policial, tal qual no caso do caso Eloá Cristina. Apesar do fato de não se conhecer ao certo o porquê Sandro não foi interceptado antes, seja com um tiro dos atiradores de elite ou com a invasão do ônibus por parte da polícia, as imagens gravadas pelas câmeras foram essenciais para o entendimento da sequência do sequestro e a maneira como o polícia lidou com ele, principalmente nos momentos finais, quando ocorreram os disparos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornalismo é conhecido como o “quarto poder” e, portanto, possui responsabilidades sociais. A opinião pública se baseia no que é mostrado pela mídia, ou seja, um recorte bastante específico da realidade, orquestrado principalmente pelos grandes meios, como é o caso da televisão, e de grandes veículos, extremamente conhecidos e com ares de credibilidade.

A imprensa tem o poder de produzir uma espécie de “efeito borboleta”:

A última cilada da informação dá conta de que por força da velocidade de circulação de notícias, do grande número de fontes, [...] tudo ganha “valor de verdade”, por um determinado tempo, mesmo os rumores disseminados aleatoriamente. Trata-se de um processo de detonação livre, cujas consequências são imprevisíveis e que podem envolver pessoas, instituições, governos, desacreditá-los, em suma, ter efeitos tipo “borboleta”, haja vista a extensão mundial das comunicações. [...] um fato insignificante pode ampliar-se de forma imprevisível, gerando ocorrências desastrosas (MARCONDES FILHO, 2000, p. 115)

Valores atribuídos ao jornalismo, como comprometimento com a verdade, imparcialidade e neutralidade ainda são acreditados de maneira geral, mas profissionais da imprensa sabem que esses atributos não são completamente possíveis na prática.

Não completamente possíveis, mas certas práticas devem ser evitadas. Especialmente na cobertura de sequestros, acontece uma participação ativa da imprensa, conforme provam casos como o de Eloá Cristina e do Ônibus 174. Nessas situações, a todo o momento, a vida dos que são mantidos reféns está em total dependência das ações do sequestrador e da polícia, que são influenciados pela presença dos jornalistas.

Obviamente, não é possível que cobertura de determinados casos seja interrompida, pois a liberdade de imprensa seria ferida. Assim, a opção mais válida e mais urgente a ser colocada em prática é a seriedade e sensatez ao escolher fazer as coberturas e, ainda mais longe, a forma como o será feito.

Além da importância de deixar de lado as práticas do tipo de jornalismo conhecido como “sensacionalista” (mesmo que os veículos não sejam de cunho altamente sensacionalista), é importante que os profissionais da imprensa saibam lidar com a cobertura de crimes.

Hoje, existem jornalistas que são especialistas em cobrir esportes, economia e artes. Cada um desses profissionais tem uma formação específica. E os especialistas em polícia? Eles também precisam passar por uma formação. É muito importante que os jornalistas possam frequentar nossas academias e sejam formados não só para compreender a organização policial, mas para compreender o fenômeno da violência e da criminalidade, e o papel da polícia nesse fenômeno. (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 48)

Ou seja, a propriedade para os jornalistas falarem sobre um assunto tão delicado como segurança pública é questionável e seria interessante pensar-se em algum tipo de formação específica. O que beneficiaria inclusive a segurança pessoal dos profissionais ao fazerem cobertura de cenários mais críticos.

Outra importante particularidade que pode ser repensada é o modo como se produzem as notícias, muitas vezes extremamente presas a meros relatos sobre os acontecimentos, o que contribui para a desinformação do pública, pois não são abordados contextos, como aconteceu na cobertura de ônibus 174.

Uma das críticas mais comuns à polícia é a de que ela corre atrás do crime, sem a capacidade de preveni-lo com planejamento e inteligência. A cobertura jornalística, mesmo a dos melhores jornais do país, padece em certa medida dos mesmos problemas. Na maior parte do tempo, ela corre atrás da notícia de crime já ocorrido ou das ações policiais já executadas, mas tem pouca iniciativa e usa timidamente a sua enorme capacidade de pautar um debate público consistente sobre o setor. (RAMOS E PAIVA, 2007, p. 25)

Pesquisas realizadas em 2006 pelo CESeC (Centro de Estudos de Segurança e Cidadania), cujos resultados foram consultados no livro de Ramos e Paiva (2007, p.19), 63,8% das matérias publicadas em âmbito nacional relatam apenas o factual. Isso significa que as matérias analíticas, que entendem os fatos como parte de um todo maior e mais complexo, são a minoria.; o que reduz, de certa maneira, o potencial denunciador social que a mídia possui. Tal padrão, numa análise superficial, se repete também, e ainda hoje, para a televisão.

Três casos foram abordados na presente pesquisa e, em sua totalidade, os desfechos foram marcados por tragédias, com uma clara influência negativa da mídia (em especial a televisão) em seu desenrolar. No entanto, não é possível “culpar” os profissionais responsáveis pela cobertura pelos desfechos, pois tampouco é possível desassociar a influência aqui analisada dos efeitos existentes desde o âmago da imprensa, ou seja, que já são condições básicas para que haja a cobertura dos fatos.

Porém torna-se preciso que seja repensado o papel do jornalismo na sociedade versus o modo como ele tem sido exercido atualmente; e, conforme abordado na introdução, o recorte feito pode ser estendido ao exercício do jornalismo como um todo e logo, a reflexão também.

O papel do jornalista é interferir no decorrer de sua cobertura, da maneira como já o fizeram em casos como o de Eloá Cristina, ao conversar com seu sequestrador, ou Ratinho, na ocasião do sequestro de Wellington.

4. REFERÊNCIAS

ANGRIMANI SOBRINHO, Danilo. **Espreme que sai sangue**: um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995.

BORDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Televisão: A Vida pelo Vídeo**. São Paulo: Moderna, 1988.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação e Jornalismo: A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

MEDINA, Cremilda. **Profissão Jornalista: Responsabilidade Social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

ÔNIBUS 174. Direção de José Padilha. São Paulo: Zazen Produções, 2002. Son., color.

RIVERS, William L.; SCHRAMM, Wilbur. **Responsabilidade na Comunicação de Massa**. Rio de Janeiro: Bloch Editores S/A, 1970.

Contatos: isabella.m.pereira@gmail.com e francisco.periago@mackenzie.br